

## INTEGRAÇÃO E MOVIMENTO ASSOCIATIVO

---

O movimento associativo no seio da Comunidade Caboverdiana em Portugal é relativamente recente, exceptuando o caso da Associação Caboverdiana que veio da antiga Casa de Cabo Verde, fundada em 1970.

É ainda consequência lógica de muitas comissões de moradores, que com o 25 de Abril de 74, apareceram fundamentalmente nos bairros degradados, como forma organizada de procurar soluções para o problema de habitação, saneamento e educação.

Era, então, o despertar das consciências para a participação popular nos domínios da vida cívica e política. As comissões de moradores dão origem nos anos oitenta, às associações, ditas locais, por se circunscreverem às necessidades locais em matéria de alfabetização, equipamentos, e educação.

A partir de 1986 há uma crescente afirmação das associações através, de actividades culturais, envolvendo escolas, autarquias e outras associações congéneres portuguesas.

A entrada de Portugal, em 1986, no Mercado Europeu, torna-se, aparentemente, num atractivo para a ideia de mais facilmente se alcançar a Europa rica. Essa ideia, no entanto, desde os finais dos anos 60, provou-se ser um sonho adiado. Por esse facto, registou-se, apesar das dificuldades acrescidas, incremento no fluxo de imigrantes de Cabo Verde, de 85 a 90.

É nesse período que o fenómeno de clandestinos toma novas dimensões e a luta para a regularização começa a ser uma preocupação do movimento associativo.

As associações locais são cerca de quinze no total, mas apenas quatro têm uma estrutura de funcionamento mais consolidada.

Há, por outro lado, mais quatro associações de âmbito nacional que promovem actividades de carácter social, cultural e de cooperação para o desenvolvimento. Esta última valência é a componente essencial de duas associações recentes.

Destaca-se no meio deste panorama, a Associação Caboverdiana com 24 anos de história. O seu percurso é em grande parte a história da imigração em Portugal. Tem sido a única que levou o projecto associativo mais longe, numa perspectiva de afirmação da presença de Cabo Verde, e da defesa dos direitos dos emigrantes caboverdianos.

Em 1974/75 foi o período necessário da consciencialização política perante o acontecimento mais marcante na nossa História: a independência de Cabo Verde. Nos anos oitenta, ela soube optar pela afirmação cultural da nossa diferença e pela intervenção social no seio da imigração. Questionava-se, então, qual o modelo a ser aplicado para uma integração harmoniosa e equilibrada. Aqui uma palavra de destaque para o seu "Projecto Nó Djunta Môn" que funcionou de 1982 a 89. Nos anos noventa, a Associação Caboverdiana, soube, uma vez mais, corresponder aos desafios do poder político na luta pelos nossos direitos como cidadãos de corpo inteiro.

Apesar de tudo isso, pode-se afirmar que o movimento associativo, no seu conjunto, é ainda pouco expressivo e, eficaz. Exceptuando quatro, todos têm uma existência precária.

Não existe em Portugal uma política de apoio ao associativismo, nem está reconhecido o estatuto do animador sócio-cultural. Quase todos correm o risco de verem as portas fechadas. Inclusive a Associação Caboverdiana, que conquistou a pulso o papel de parceiro social. Mais caricato ainda é o facto de ela, actualmente, não contar com o apoio do Governo de Cabo Verde. O movimento associativo que luta, de uma maneira geral para assegurar a sua sobrevivência não tem desempenhado o papel que lhe compete na sociedade portuguesa.

Qualquer projecto de integração não pode deixar de tomar em conta essas associações que têm sido, apesar das limitações, os únicos parceiros na procura de soluções para o problema dos imigrantes.

**Caboverdianos em Portugal, que projecto de integração?**

É uma pergunta difícil de resposta. Difícil, porque não pode haver um modelo, mas modelos que terão de se situar no quadro das expectativas e problemas diferentes.

Quando se fala da integração é necessário ser mais pertinente e distinguir, como vimos:

- os imigrantes de 1ª e 2ª gerações;
- o seu estatuto jurídico;
- o seu estatuto social ou cultural quando chega;
- a política do país a que chega;
- a política do país de origem;
- a sua integração económica, social e escolar.

É também preciso entender-se sobre o sentido da noção de integração:

- será que "estar integrado" significa ficar-se invisível na sociedade que nos acolhe?
- será que "estar integrado" significa a partilha ou o acordo em relação a um certo número de valores?
- será que "estar integrado" significa a possibilidade de ser considerado um dos actores de mudança no interior da sociedade?

O conceito de integração pressupõe que a sociedade de acolhimento forme um todo, harmonioso, onde o migrante e os seus descendentes podem entrar, sem equívocos, os seus papéis e estatuto social, enquanto identidade cultural passa por um processo dinâmico que depende da situação da comunidade imigrante face à cultura dominante.